

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.131 - AM (2017/0156613-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : M L R DOS S
ADVOGADO : ROOSEVELT JOBIM FILHO - AM003920
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVANTE : O F DA G
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por M L R dos S (e-STJ fls. 3069/3090), fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 1738/1740):

AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE MEDIAÇÃO PARA SERVIR A LASCÍVIA DE OUTREM. CRIME DE FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL. CASA DE PROSTITUIÇÃO. SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO DE MENOR DE IDADE. SUBMETER CRIANÇA OU ADOLESCENTE À PROSTITUIÇÃO OU À EXPLORAÇÃO SEXUAL. NEGATIVA DE AUTORIA DOS RÉUS NÃO CONVINCENTES, POIS EIVADA DE CONTRADIÇÕES. AUTORIAS E MATERIALIDADES COMPROVADAS. PROVAS TESTEMUNHAIS QUE CONFIRMAM OS FATOS TÍPICOS DESCRITOS NA DENÚNCIA MINISTERIAL. AÇÃO PENAL PROCEDENTE. PRELIMINARES I - EM PRELIMINAR.

1.1 PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA DECORRENTE DA INEXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL AUTORIZADORA DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS.

- Na presente ação penal, a defesa pode contraditar a prova obtida de forma regular, visto que se encontram juntada aos autos na parte do Relatório de Inteligência relativa ao caso em questão, as mídias com os áudios coletados com autorização judicial, bem como cópia das transcrições das conversas telefônicas. Além disso, convém mencionar que a Egrégia Quinta Turma do Colendo Superior Tribunal de Justiça, considerou válida degravação de interceptação telefônica ocorrida em outro processo, sem que haja a necessidade de

juntada da cópia da decisão judicial que a autorizou.
PRELIMINAR REJEITADA.

1.2 PRELIMINAR DE NULIDADE EM RAZÃO DE PROVA EMPRESTADA DE OUTRO PROCESSO SEM QUE HAJA CONEXÃO COM OS AUTOS.

- As interceptações telefônicas foram provenientes do procedimento criminal diverso n. 2006.32.00.005104-0, que propiciou identificar uma organização criminosa em atuação no Estado do Amazonas, mais especificamente na administração da Prefeitura Municipal de Coari/AM, voltada para fraudes em licitações e desvios de recursos públicos federais, estaduais e municipais e promovendo a ocultação de bens obtidos de forma ilícita, conforme Portaria oriunda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas. Segundo o aludido ato, foi detectada a prática de condutas supostamente criminosas que, prima facie, não guarda relação direta como objeto da investigação principal, quais sejam, agenciamento de mulheres adultas e adolescentes para a prática de sexo, atraindo-as para a prostituição e ainda tirando proveito dessa prática mediante cobrança de dinheiro pelos seus serviços, razão pela qual fora investigada em separado, com aproveitamento das provas colhidas, inclusive aquelas com a utilização de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente, dentre as quais, alguns trechos das interceptações que serviram de alicerce a embasar a peça acusatória

PRELIMINAR REJEITADA.

1.3 PRELIMINAR DE NULIDADE DE DESLOCAMENTO DO FEITO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA SEM QUE A RATIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS ANTERIORMENTE REALIZADOS.

*- há de se ressaltar que assim que os autos foram remetidos a este e. Tribunal, o Desembargador Relator abriu vista ao Procurador-Geral do Ministério Público, que analisando o processo, promoveu pela realização de novos interrogatórios dos acusados, seguindo-se a nova sistemática prevista na Lei nº 11.719/2008 (fls. 966/973). Vê-se, portanto, que o Órgão Ministerial, após analisar a vestibular ofertada e os demais atos praticados no Juízo inicialmente competente, não vislumbrou qualquer irregularidade ou mácula que pudesse contaminá-los, opinando pelo prosseguimento da ação com o reinterrogatório dos réus, o que demonstra que, ainda que implicitamente, concordou com os termos da denúncia apresentada, ficando, portanto, tacitamente ratificado por este Relator os atos anteriormente praticados pelo Juízo de Direito da Comarca de Coari. **PRELIMINAR REJEITADA.***

II - NO MÉRITO DA AÇÃO PENAL.

II. 1 NEGATIVA DE AUTORIA DOS RÉUS QUE NÃO CONVINCE, POIS EIVADA DE CONTRADIÇÕES

- À luz das provas colhidas em juízo, que em tudo estão afinadas com as coligidas em sede inquisitorial, vê-se tratar-se de diversos crimes que se entrelaçam e que eram perpetrados pelos réus, em concurso de agentes, contra mulheres adultas e adolescentes.

- Pelo que se extrai dos depoimentos, os integrantes do grupo de exploração sexual atuavam em locais diversos, segundo o depoimento da testemunha, Maria Lândia, ou Lândia, atuava somente em Coari (fl. 1.070) e tinha como função fazer o recrutamento e a intermediação de mulheres e adolescentes entre Adriano Salan e o então prefeito da cidade de Coari Manoel Adail Amaral Pinheiro. A vítima e testemunha, Karla Alexandra de Souza Coelho, revela que Maria Lândia e seu esposo Eudes de Souza Azevedo, juntamente com réu Osglébio, vulgo Canarana, a levaram, sob ameaça com arma de fogo, de Coari até a representação em Manaus, para se encontrar com o réu Manoel Adail Amaral Pinheiro para fins libidinosos, mantendo-a em cativeiro, o que qualifica o tipo penal delineado nos arts. 227, § 2º; 228 § 2º, 229, todos do CPB, 244-A do ECA, em conexão com art. 148, § 1º, IV, do CPB, c/c arts. 29 e 69 do CPB.

- é de ter-se como decisiva a coparticipação do réu Manoel Adail Amaral Pinheiro, posto que era o maior beneficiado com os "serviços", logo era quem dava ordens e determinava os planos a serem executados, vindo à colação da causa o enunciado do art. 29 do CPB, que prevê [Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.]

- Da análise das provas, depreende-se em favor da absolvição apenas a palavra contraditória dos próprios réus, vistos que todos afirmaram não serem verdadeiras as imputações contra si atribuídas, entretanto as demais provas produzidas em Juízo tornam as negativas de autoria inconsistentes e frágeis

- As provas carreadas para os autos e as originadas da instrução processual demonstram insofismável as participações dos acusados nesse hediondo episódio praticado contra a indefesa vítima.

- Todo o conglomerado fático não deixa dúvidas que as imputações assacadas contra os incriminados foram corroboradas não só pelo depoimento da vítima Karla Alessandra de Souza Coelho, como também pelo depoimento da testemunha Eloym Antunes Lima de Assunção e Ana Célia de

Souza, associadas às gravações de escutas telefônicas que integram o Inquérito Policial nº 289/2008, posto que há nexo causal entre as ações antijurídicas praticadas resultando em fatos típicos previstos na legislação penal nacional, tornando-as verossímeis a respaldar a prolação de um édito condenatório em desfavor de todos os réus destes autos. AÇÃO PENAL PROCEDENTE.

A parte recorrente, em suas razões recursais, aponta violação do art. 552, §1º, do CPC, do artigo 12, inciso I, da Lei n. 8.038/1990, do art. 386 do CPP, dos artigos 59, 227, 228 e 229 do CP e do art. 244-A, do ECA.

Sustenta: (i) a ausência de intimação regular dos advogados acerca do julgamento, pois não foi observado o prazo de 48 horas entre a publicação da inclusão em pauta e o julgamento; (ii) violação do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, uma vez que a Corte Julgadora solicitou aos patronos, como sinal de cordialidade, que não fosse utilizado todo o tempo de 1 hora da sustentação oral; (iii) a nulidade da prova emprestada, pois houve a utilização de interceptações telefônicas de outro processo; (iv) que a decisão recorrida encontra-se em desacordo com a prova dos autos; (v) que a acusada não mediou nenhuma situação com o fito de satisfazer a luxúria de outrem, não podendo ser condenada pela prática do crime do art. 227 do CP; (vi) que para a prática do tipo previsto no art. 228 do CP seria necessário que a recorrente tivesse levado a pessoa à exploração do próprio corpo de maneira habitual, não havendo qualquer prova da ocorrência da prostituição; (vii) que não houve prova acerca da existência da manutenção da casa de prostituição; (viii) a inexistência de contato físico e pagamento envolvendo adolescentes, não podendo o recorrente ser condenado pela prática da conduta prevista no art. 244-A do ECA; (ix) a redução da pena-base.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 3094/3133), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 3136/3143), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não provimento do recurso especial (e-STJ fl. 3436/3441).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

Primeiramente, não há como apreciar a tese de que a Corte Julgadora solicitou aos patronos, como sinal de cordialidade, que não fosse utilizado todo o tempo de 1 hora da sustentação oral, uma vez que não foi objeto de debate pela instância ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento. Incidem ao caso as Súmulas n. 282 do STF e 211 do STJ.

Em segundo lugar, quanto à existência de nulidade no julgamento, em razão da não observância do prazo de 48 horas entre a publicação da inclusão em pauta e o julgamento do feito, a Corte de origem assim concluiu:

(...)

0001707-64.2013.8.04.0000 - Ação Penal. Origem: 2ª Vara de Coari. Autor: Ministério Público do Estado do Amazonas. Réus: M. A. A. P., A. T. S., M. L. R. S. Advogados: Roosevelt Jobim Filho (3920/AM) e outros. Réu: O. F. G. Advogado: Stênio Holanda Alves (4254/AM). Réu: E. S. A. Advogado: Fabricio de Melo Parente (5772/AM). Advogado: Lynneu Francisco Campos (6789/AM). Def. Pública: Dra. Flávia Lopes de Oliveira. Presidente: Exma Sra. Desdora. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Relator: Exmo. Sr. Desdor. Rafael de Araújo Romano. Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. Iniciado o julgamento a palavra foi dada ao Dr. Roosevelt Jobim Filho, Advogado dos acusados Manoel Adail Amaral Pinheiro e Maria Lândia, que em Questão de Ordem requereu o adiamento do julgamento, sob a alegação de não foi intimado para este ato, em tempo hábil, acrescentando que a inclusão do processo em pauta, não respeitou as 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Manifestou-se também, em Questão de Ordem o Dr. Fabricio de Melo Parente, Advogado de Eudes Azevedo, sustentando que só fora intimado do julgamento na segunda-feira, quando foi publicado o Despacho que deferiu seu pedido de sustentação oral e que portanto, não houve tempo para que se preparasse para o julgamento. A Exma. Sra. Desdora. Presidente manifestou-se pelo indeferimento das questões levantadas pelos advogados, esclarecendo que o pedido de data para julgamento foi publicado no dia 27 de outubro do corrente ano, cuja publicação indicava o nome das partes e de

seus respectivos advogados e que a Pauta do Tribunal Pleno foi publicada no site do Tribunal de Justiça na sexta-feira, dia 14 do corrente mês, respeitada as 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Por fim, esclareceu que a publicação de segunda-feira, no Diário Eletrônico da Justiça, tinha a finalidade apenas de cientificar os advogados sobre o deferimento de seus pedidos de sustentação oral, por esse motivo é que indeferia os pedidos de adiamento do julgamento e, em seguida submeteu a Questão de Ordem à apreciação de seus Pares, que em votação decidiram à unanimidade, pelo prosseguimento do julgamento. (...)

Assim, não há o que se cogitar em nulidade por inobservância ao prazo da publicação da inclusão dos autos em pauta e seu julgamento, uma vez que foi consignado pela Corte de origem que tal prazo foi respeitado e que a publicação ocorrida com prazo inferior a 48 horas foi apenas aquela com finalidade de cientificar os advogados sobre o deferimento de seus pedidos de sustentação oral.

Em terceiro lugar, os delitos imputados a acusada são frutos de investigação denominada "Operação Vorax" deflagrada pela Polícia Federal com o fito de desvendar crimes na administração da Prefeitura Municipal de Coari/AM voltada para fraudes em licitações, desvio de recursos públicos federais, estaduais e municipais, bem como a ocultação de bens, sendo que, após escutas telefônicas realizadas com autorização judicial, verificou-se que os crimes praticados eram mais graves, pois, além da suspeita de delitos voltados para a administração pública, constatou-se que os crimes se estendiam ao agenciamento de mulheres adultas e adolescentes para a prática de sexo, atraídas para a prostituição, bem como pela manutenção de lugar para fins libidinosos e obtenção de vantagem econômica com a prostituição alheia.

O Tribunal *a quo*, ao decidir acerca da legalidade das interceptações telefônicas obtidas em outro processo, consignou (e-STJ fls. 1.747/1.748):

[...]

Pois bem, de fato os procedimentos que originaram as

interceptações telefônicas ocorreram em procedimento diverso da ação penal em apreço.

As interceptações telefônicas foram provenientes do procedimento criminal diverso n. 2006.32.00.005104-0, que propiciou identificar uma organização criminosa em atuação no Estado do Amazonas, mais especificamente na administração da Prefeitura Municipal de Coari/AM, voltada para fraudes em licitações e desvios de recursos públicos federais, estaduais e municipais e promovendo a ocultação de bens obtidos de forma ilícita, conforme Portaria oriunda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas (fls. 73/74).

Segundo o aludido ato, foi detectada a prática de condutas supostamente criminosas que, prima facie, não guarda relação direta como objeto da investigação principal, quais sejam, agenciamento de mulheres adultas e adolescentes para a prática de sexo, atraindo-as para a prostituição e ainda tirando proveito dessa prática mediante cobrança de dinheiro pelos seus serviços, razão pela qual fora investigada em separado, com aproveitamento das provas colhidas, inclusive aquelas com a utilização de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente, dentre as quais, alguns trechos das interceptações que serviram de alicerce a embasar a peça acusatória.

Há de ressaltar que todos os acusados tiveram acesso aos autos e bem como às interceptações integrantes destes autos.

Vê-se, portanto, tratar-se de prova admitida pelo ordenamento jurídico pátrio, devendo ser observada certa cautela a fim de possibilitar aos acusados o exercício das garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, corolários do devido processo legal, conforme tem decidido o STF, ao mencionar que "não há, em princípio, óbice à utilização de prova emprestada de interceptação telefônica realizada no bojo de outra investigação, desde que franqueado à Defesa o acesso a essa prova, garantindo-se o contraditório [...]". (HC n° 114.074/SC. Rei. Min. Rosa Weber.j. 7.5.2013).

Na presente ação penal, a defesa pode contraditar a prova obtida de forma regular, visto que se encontram juntada aos autos na parte do Relatório de Inteligência relativa ao caso em questão, as mídias com os áudios coletados com autorização judicial, bem como cópia das transcrições das conversas telefônicas.

[...]

Ora, tal entendimento encontra-se no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça de que, configurada a hipótese

de encontro fortuito de provas, decorrente de medida de interceptação telefônica judicialmente autorizada, não há irregularidade na investigação levada a efeito para elucidar o novo delito, distinto do que ensejou a decretação da medida, até porque, no novo processo houve o respeito ao contraditório e à ampla defesa relativos à prova emprestada. Nessa linha, os seguintes julgados:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. ART. 121, § 2º, INCISOS I E IV C/C ART. 29, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PROVA EMPRESTADA. OFENSA À AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. DEGRAVAÇÃO. PERÍCIA DE AUTENTICAÇÃO DE VOZ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. TEMA NÃO CONHECIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. Configurada a hipótese de encontro fortuito de provas, decorrente de medida de interceptação telefônica judicialmente autorizada, não há irregularidade na investigação levada a efeito para elucidar o novo delito, distinto do que ensejou a decretação da medida.

3. O contraditório e a ampla defesa relativos à prova emprestada devem ser realizados nos autos em que seja essa prova juntada, e não naqueles onde originariamente produzida.

4. Aspectos relativos ao não exercício da ampla defesa e do contraditório, ausência de degravação das conversas interceptadas, não realização de perícia para comprovar autenticidade de vozes e substituição da prisão preventiva por medidas cautelares não analisados, a fim de se evitar indevida supressão de instância.

5. O pleito de revogação da prisão preventiva, não conhecido pelo Tribunal de origem, tampouco pode ser examinado, igualmente sob pena de supressão de instância.

6. Habeas corpus não conhecido. (HC 225.464/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em

05/11/2015, DJe 23/11/2015)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CONCUSSÃO. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. [...]. ALEGAÇÕES DE NULIDADES DECORRENTES DE A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA TER SIDO AUTORIZADA PELA JUSTIÇA FEDERAL E DE UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA NÃO RELACIONADA ÀS MESMAS PARTES. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. ADMISSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

[...]

6. Não prosperam as alegações de que é nula a interceptação telefônica realizada no inquérito policial originário, autorizada pela Justiça Federal, e de que se cuida da utilização de prova emprestada não relacionada às mesmas partes, pois se trata do fenômeno do encontro fortuito de provas, que consiste na descoberta imprevista de delitos que não são objeto da investigação, admitida pela jurisprudência deste Superior Tribunal.

7. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 50.011/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 16/12/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. [...] ALEGAÇÃO DE NULIDADE NA UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. TESE JÁ ANALISADA POR ESTA CORTE NO HC N.º 259.617/RJ. SUSPENSÃO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA.

[...]

4. A alegação de nulidade da decisão que determinou a utilização de prova emprestada já foi analisada por esta Corte quando do julgamento do Habeas Corpus n.º 259.617/RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, no qual se reconheceu que é lícita a utilização de prova produzida em feito criminal diverso, obtida por meio de interceptação telefônica - de forma a ensejar, inclusive, a correta instrução do feito -, desde que relacionada com os fatos do processo-crime, e, após sua juntada aos autos, seja oportunizado à Defesa proceder ao contraditório e à ampla

defesa.

5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício.

6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 252.244/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 26/03/2014)

No que tange à prática dos crimes dos artigos 227 do CP (*Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem*), 228 (*Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone*), 229 (*Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente*) do CP e do art. 244-A do ECA (*Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual*), a Corte de origem decidiu (e-STJ fls. 1.753/1.759):

[...]

A base da aferição do fato criminoso se concentra nos depoimentos das testemunhas, mais precisamente da vítima que tem grande relevância nos crimes praticados contra a dignidade e exploração sexual eis que estes geralmente são praticados às escondidas, sem desprezar, é claro, outros fatores que possam corroborar com a acusação. Vejamos trechos dos depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação:

A testemunha K A de S C, que à época dos fatos contava com 14 anos de idade, fora uma das vítimas dos denunciados e em Juízo narrou com riqueza de detalhes a participação da ré M L R DOS S no seqüestro e cárcere privado do qual fora vítima, in verbis (fl. 494):

(...) que ao chegar em Manaus L e seu esposo estavam à espera no aeroporto QUE o vôo chegou em Manaus umas seis e meia da tarde QUE a depoente conheceu L naquele exato momento QUE L, seu esposo C foram com a depoente até a representação de Coari em Manaus (...) QUE em seguida L foi buscá-la no carro QUE L a empurrava para dentro da representação porque ela não poderia ser vista) (...) QUE L entrou na sala depois a depoente foi chamada QUE dentro da sala estavam A, Z H, L, E, marido de L, C e outras pessoas...(...) QUE de lá foi levada por L para o HOTEL SOLIMÕES (...)

Insta acrescentar que tanto a ré M L quanto o réu A T S exerciam cargos de confiança no âmbito da administração pública do município de Coari/AM, que tem como prefeito afastado o réu M A A P, e nessa condição recebiam ordens do mesmo de modo a atrair adolescentes para satisfazer de sua lascívia induzindo-as à prática da prostituição, eis que as vítimas recebiam, além de presentes, quantias em dinheiro.

Disse ainda a testemunha e vítima K A de S C sobre o réu O F DA G, vulgo CANARANA, in litteris (fl. 493):

(...)QUE era seguida por CANARANA e Y QUE CANARANA e Y ficavam a observando QUE eles andavam carros preto com vidros escuros QUE em determinada ocasião CANARANA abaixou o vidro e convidou a depoente para entrar(...) QUE nesse mesmo dia a depoente recebeu uma ligação de CANARANA em seu celular, dado de presente por seu pai, QUE CANARANA disse: "K, o chefe (A) quer te ver, ele quer namorar contigo" (...) QUE CANARANA a puxou para dentro do carro (...) QUE CANARANA foi até o aeroporto e enquanto ele estava no saguão a depoente ficou no carro trancada (...) QUE no meio do caminho ate o aeroporto CANARANA apontou uma arma para a depoente e disse:"quando a gente chegar em Manaus eu vou te deixar com uma amiga(...)QUE ao chega em Manaus L e seu esposo estavam à espera no aeroporto (...) QUE CANARANA, ao deixa-la no aeroporto, trancou a carro com chave QUE enquanto estava trancada dentro do carro a depoente não conseguiu destravar a porta(...) QUE confirma que foi ameaçada com uma arma por CANARANA (...)

Em seu depoimento, a testemunha arrolada pela acusação, E A L de A, declarou sob compromisso, in verbis (fl. 1.069):

(...) que voltou de Manaus a vítima relatou o acontecido para mãe; que mãe lhe disse que sua filha fora levada para Manaus pelo acusado Canarana, sendo lá recepcionada pela L junto ao prefeito A, sendo que L fez a interlocução entre Canarana e A; (...) que era público e notório a elação dos acusados Canarana e L com o prefeito A, atuando como assessores do mesmo e tendo livre acesso a prefeitura (...)

Disse ainda a testemunha sobre o réu A T S, in verbis (fls. 1.069/1.070):

(...) que o acusado A T S não estava envolvido diretamente nos fatos narrados na denúncia e no aditamento, mais estava envolvido na estrutura,

Superior Tribunal de Justiça

principalmente no aliciamento de mulheres em Manaus, trabalhando com agenciadora chamada A: que A era uma espécie de "faz tudo" do prefeito; que L e A tinham as mesmas funções, sendo que L atuava muito em Coari, enquanto A atuava em Manaus: (...)

A respeito do réu O F DA G, asseverou a testemunha, in litteris(fl.1.069). (...) que já havia denúncias contra conduta dos acusados Canarana, L e A, denúncias estas bem explicitadas na operação Vorax e como constam em seu blog; que Canarana ra conhecido por atuar em frente as escolas, sendo que o depoente chegou a ver o mesmo atuando(...)

Declarou ainda quanto à participação do réu E DE S A na trama delituosa, in verbis (fl. 494):

(...) QUE ao chegar em Manaus L e seu esposo estavam à espera no aeroporto QUE o vôo chegou em Manaus umas seis e meia da tarde (...) QUE L, seu esposo e CANARANA foram com a depoente até a representação de Coari em Manaus (...) QUE L entrou na sala e depois a depoente foi chamada QUE dentro da sala estavam A, ZE H, L, E, marido de L, CANARANA e outras pessoas que a depoente não conhece (...) QUE Le seu marido se hospedaram no hotel com a depoente e a registraram lá como filha(...) grifei.

Quanto ao réu M A A P, declarou a vítima e testemunha K A de S C, in litteris (fls.493/494):

(...) QUE próximo ao ano novo a depoente acordou com seu celular tocando QUE a depoente acreditava que fosse sua mãe QUE quando atendeu e o interlocutor se identificou como sendo o prefeito A P QUE A disse que tinha gostado da depoente e faria tudo pela depoente(...) QUE a depoente foi apresentada a A por todos que estavam lá QUE A disse: "você cresceu, mudou, cortou o cabelo, mas continua linda "QUE A ofereceu dinheiro, viagem, roupa e tudo que a depoente quisesse QUE A disse que a depoente mantivesse relações com ele(...) que na representação A mostrou uma maleta com muito dinheiro e o ofereceu à depoente em troca de relações sexuais(...) QUE A naquele momento não fez nova investida, mas disse que não desistiria QUE na saída A disse: "K, não vou desistir de você não"

A testemunha A C de S, declarou em Juízo, in verbis (fls. 498/500):

(...) QUE seu companheiro cutucou a depoente e apontou para o prefeito QUE o prefeito gesticulava que queria

*falar com a
depoente QUE a depoente disse para seu companheiro
que não queria conversar com ele QUE pelos comentários
na cidade a
depoente já imaginava que seria interesse em sua filha (...)
QUE nesse bilhete vinha escrito que sua filha já era usada
por A P (...) QUE após a audiência na polícia federal K
falou para a depoente que foi levada à casa de A por três
vezes QUE em uma dessas vezes A mostrou uma mala
cheia de dinheiro, mas ela recusou QUE A em uma dessas
vezes disse que queria casar com ela(...)*

*A testemunha Eloyim Antunes Lima de Assunção, professor e
comerciante na cidade de Coari, declarou in verbis (fl. 1.069):*

*(...) que, pelo fato de ter um blog denunciando a
exploração sexual no município de Coari (...) é que foi
procurado pela mãe de Karla para denunciar o que
ocorreu com a filha (...) que a mãe da vítima lhe comentou
que o fato de ter sido levada para Manaus e abordada
pelo prefeito Adail era com o objetivo de ser convencida a
manter relações sexuais com ele; que lhe foram
apresentadas promessas de bens e dinheiro se o
fizesse; (...) que a prefeitura patrocinava desfile de moda
até mesmo com a contratação de uma agência em
Manaus denominada Mega Models, sendo que os
fotógrafos da prefeitura procuravam registrar as meninas
mais bonitas; que havia suspeita de que o desfile servia
para aliciar as meninas mais bonitas; (...) que após a vinda
da CPI em agosto do ano passado, foi ameaçado pelo sr.
Elias, subsecretário de governo do acusado Adail, e que
hoje se encontra preso; que nos momentos em que lhe
encontrava na rua, Elias proferia palavras de baixo calão
e dizia para o depoente "tomar cuidado"; que Elias
passava em frente ao Supermercado de propriedade do
depoente em seu carro de forma bem devagar, baixando o
vidro e encarando o depoente.*

*Pelo que se extrai dos depoimentos, os integrantes do grupo de
exploração sexual atuavam em locais diversos, segundo o
depoimento da testemunha supramencionada, M L, ou L, atuava
somente em Coari (fl. 1.070) e tinha como função fazer o
recrutamento e a intermediação de mulheres e adolescentes
entre A S e o então prefeito da cidade de Coari M A A P. A
vítima e testemunha, K A de S C, revela que M L seu esposo E
de S A, juntamente com réu O, vulgo Canarana, a levaram, sob
ameaça com arma de fogo, de Coari até a representação em
Manaus, para se encontrar com o réu M A A P para fins
libidinosos, mantendo-a em cativeiro, o que qualifica o tipo
penal delineado nos arts. 227, § 2º; 228 § 2º, 229, todos do*

CPB, 244-A do ECA, em conexão com art. 148, § 1º, IV, do CPB, c/c arts. 29 e 69 do CPB.

As provas colhidas em juízo, associadas com as mídias e gravações das escutas telefônicas dão conta de que o réu Manoel Adail Amaral Pinheiro era o maior beneficiado do trabalho de recrutamento e aliciamento de mulheres e adolescentes praticados no município de Coari/AM com o fito de levá-las à prostituição. Trabalho este, como já retromencionados, executado pelos corréus A T S, M L R dos S, O F da G vulgo Canarana, e E de S A.

Neste passo, portanto, em termos de valoração de prova judicial, é de ter-se como decisiva a coparticipação do réu M A A P, posto que era o maior beneficiado com os "serviços", logo era quem dava ordens e determinava os planos a serem executados, vindo à colação da causa o enunciado do art. 29 do CPB, que prevê [Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este comi nadas, na medida de sua culpabilidade.]

A doutrina da vanguarda adere à teoria do domínio do fato, já que autor pode ser também "quem, sem executar diretamente a conduta típica, possui, não obstante, o domínio dela, porque a planejou e organizou sua realização, podendo, por conseguinte, decidir sobre a interrupção, modificação ou consumação" (FRANCISCO, Alberto Silva. Código Penal e sua interpretação: doutrina e jurisprudência. Coord. Alberto Silva Franco, Rui Stoco. 8. ed. São Paulo: RT, 2007.p.227).

Possui o domínio do fato quem detém em suas mãos o curso, o "se" e o "como" do fato, podendo decidir preponderantemente a seu respeito, ou seja, o que tem o poder de decidir sobre a concretização do fato central.

Tal teoria se amolda perfeitamente ao caso vertente vez que o réu M A A P era o superior hierárquico dos incriminados, tendo sobre estes o poder de controlar, de fazer cessar ou dar continuidade nas ações delitivas.

Consta ainda, tanto nos depoimentos da fase inquisitorial (fl.497) e gravações de escutas telefônicas (fls.88/89), quanto em Juízo, que o réu M A A P e A T S mantinham determinado local destinado especificamente à prática de atos libidinosos e encontros sexuais denominado "vidrai" o que os faz incidir nas penas do art. 229 do CPB, que assim prevê: [Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (...)].

Sobre tal local destinado à satisfação da lascívia dos incriminados Manoel A A P e A T S, narrou a testemunha A C de S, mãe da testemunha e vítima K A, in verbis (fl. 500)

*QUE já ouviu falar do vidrai, mas não sabe onde fica
QUE sabe que meninas eram levadas para lá (...)*

*Já a testemunha e vítima K A, à fl. 497, [que sabe que o vidrai
fica no naíde lins (...)].*

*Sendo assim, a conduta dos réus M A A P e A T S, se amolda
perfeitamente como incursos nas sanções dos arts. 227, 228 e
229, c/c arts. 29 e 69, todos do CPB, e 244-A do ECA, já que a
vítima K A de S C contava com apenas 14 anos de idade à
época dos fatos.*

[...]

*Da análise das provas, depreende-se em favor da absolvição
apenas a palavra contraditória dos próprios réus, vistos que
todos afirmaram não serem verdadeiras as imputações contra si
atribuídas, entretanto as demais provas produzidas em Juízo
tornam as negativas de autoria inconsistentes e frágeis.*

*As testemunhas arroladas pelas respectivas defesas
apresentaram depoimentos frágeis e insuficientes à desconstituir
as imputações penais praticadas contra os réus na denúncia,
não trazendo nenhuma prova que me faça presumir o contrário,
ou mesmo que lançasse o benefício da dúvida quanto à
culpabilidade dos incriminados.*

*As teses defensivas, igualmente são tomadas de fragilidades vez
que todas as ações praticadas pelos agentes são antijurídicas,
típicas, previstas nos ordenamento jurídico nacional e não se
confundem, portanto, não há do que se cogitar na incidência de
bis in idem, como aduz a defesa.*

*As provas carreadas para os autos e as originadas da instrução
processual demonstram insofismável as participações dos
acusados nesse hediondo episódio praticado contra a indefesa
vítima.*

*Portanto, diante de todo o contexto probatório entendo que está
suficientemente comprovada a materialidade de todos os crimes
imputados aos respectivos réus, de sua banda, se divisa tanto
nas escutas telefônicas colhidas desde o apuratório policial
quanto nos depoimentos das vítimas e testemunhas em sede
judicial.*

*Assim, as autorias restam indúvidas, bem como restou robusto
o arcabouço probatório da incursão dos réus nos crimes contra
estes imputados na denúncia, incidindo no núcleo verbal do tipo
penal descrito nos artigos 148, § 1º, IV; 227, § 2º; 228, § 2º;
229, c/c art. 29 (concurso de pessoas) e art. 69 (concurso
material) todos do CPB, e art. 244-A, do ECA,*

Todo o conglomerado fático não deixa dúvidas que as

imputações assacadas contra os incriminados foram corroboradas não só pelo depoimento da vítima K A de S C, como também pelo depoimento da testemunha Eloy de Antunes Lima de Assunção e Ana Célia de Souza, associadas às gravações de escutas telefônicas que integram o Inquérito Policial nº 289/2008, posto que há nexo causal entre as ações antijurídicas praticadas resultando em fatos típicos previstos na legislação penal nacional, tornado-as verossímeis a respaldar a prolação de um édito condenatório em desfavor de todos os réus destes autos.

[...]

Ora, alterar as conclusões consignadas no acórdão recorrido – para decidir pela absolvição da recorrente, em razão da ausência de elementos seguros da prática dos delitos previstos nos artigos 227, 228 e 229 do CP e no art. 244-A do ECA, – exigiria a incursão no conjunto fático-probatório e nos elementos de convicção dos autos, o que não é possível nesta Corte Superior, segundo dispõe a Súmula n. 7/STJ.

Ademais, em relação ao afastamento da prática do crime previsto no art. 228 do CP, não há como apreciar a tese de que as vítimas não se tornaram prostitutas habituais, uma vez que não foi tratada pela instância ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento. Incidem ao caso as Súmulas n. 282 do STF e 211 do STJ.

Por fim, quanto à redução da pena-base, não há interesse recursal, uma vez que esta, para todos os delitos, foi fixada no mínimo legal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, no art. 255, § 4º, inciso II, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **conheço parcialmente** e, nessa parte, **nego provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator